

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: VALORES E COMPORTAMENTOS EM CONFLITO – DEAM/VITÓRIA-ES (2003)

Maria Beatriz Nader¹
Mirela Marin Morgante²

Resumo: O presente trabalho analisa as causas que levaram à reprodução da violência contra a mulher, em Vitória, no Espírito Santo, tendo como base as ocorrências registradas na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM) de Vitória/ES, no ano de 2003. Observando os boletins deste ano, foi possível perceber como motivação para muitas das agressões ocorridas, o conflito causado pela permanência, no ideário masculino, de valores e comportamentos característicos das regiões interioranas, num ambiente urbano onde tais valores e normas de conduta são muitas vezes subvertidos. Nas áreas rurais, a organização social tem como base a virgindade feminina, o casamento e a divisão sexual do trabalho, cabendo aos homens o provimento da família e às mulheres o cuidado com a casa e os filhos. Por outro lado, a área urbana vitorienense propicia relações sociais mais heterogêneas, a mulher tem um maior contato com o mundo público, pode romper com um casamento infeliz e já não depende inteiramente do homem. Contudo, os homens portadores desse ideal interiorano que residiam em Vitória, muitas vezes reagiam a essas modificações praticando a violência contra a mulher. O estudo procura, assim, evidenciar os fatores comportamentais e de valores que levaram à agressão contra a mulher vitorienense.

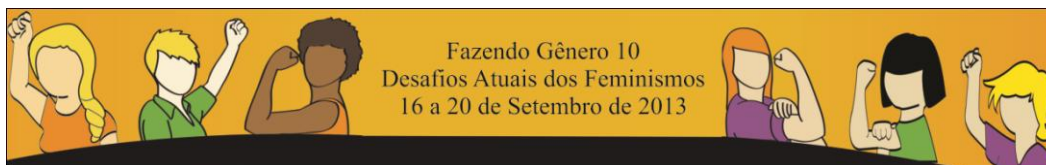
Palavras-chave: Gênero. Violência. Comportamentos. Valores.

A problemática da violência contra a mulher passou a fazer parte das discussões públicas e acadêmicas no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, num contexto de urbanização, migração e modificações nos padrões comportamentais na sociedade brasileira. A onda do movimento feminista que emergiu nesse momento, teve papel significativo na nova importância dada ao problema, na medida em que passou a questionar a condição da mulher na sociedade e a dominação masculina reprodutora da violência de gênero.

Em 1976, o assassinato de Ângela Diniz por seu ex-marido Doca Street, que foi absolvido, inicialmente, por ter cometido o crime em defesa da honra, teve grande repercussão no Rio de Janeiro e nos movimentos feministas nacionais, que inauguraram campanhas públicas pelo fim da violência contra a mulher, e foram responsáveis pela posterior condenação do assassino de Diniz (Pinto, 2003, p. 80). A mídia nacional passava então a denunciar casos de violência doméstica.

¹ Professora Associada do Programa de pós-graduação mestrado e doutorado em História Social das relações Políticas da UFES. Vitória. Brasil.

² Mestranda do programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil.



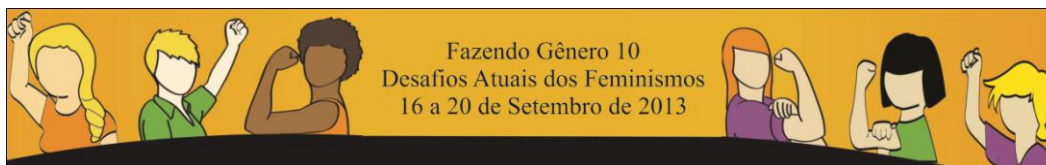
Também no Espírito Santo, nesta década, foram denunciados inúmeros casos de agressões e crimes contra as mulheres pela mídia capixaba.³

Com toda a visibilidade que a problemática da violência contra a mulher havia adquirido, os movimentos feministas passaram então a reivindicar modificações legislativas e a criação de serviços públicos que atendessem essas mulheres agredidas. Nos anos 80, surgiram diversas organizações no Brasil de apoio à mulher vítima de violência, sendo a SOS Mulher, implantada no Rio de Janeiro em 1981, a primeira delas (Pinto, 2003, p. 80). Posteriormente, foram criadas as delegacias especializadas no atendimento à mulher, a primeira foi fundada em São Paulo em 1985, e, no mesmo ano fundou-se a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher vítima de violência no Espírito Santo (DEAM-ES), mais conhecido num momento posterior como DEAM/Vitória, órgão diretamente relacionado à Secretaria de Estado de Segurança Pública (Nader, 2010, p. 2). Em 1992, já havia 141 delegacias espalhadas por todo o território brasileiro (Pinto, 2003, p. 82), inclusive pelo interior do Estado do Espírito Santo.

De sua inauguração em 1985 até 2002, a DEAM/Vitória estava localizada numa sala da Superintendência da Polícia Civil do Espírito Santo, onde as condições para executar suas atividades judiciais eram as mínimas possíveis e o seu acesso pelas vítimas era muito complicado (Nader, 2010, p. 2). A partir de 2002, a DEAM/Vitória passou a funcionar numa sede própria, pequena e com poucas possibilidades de atendimento (Nader, 2010, p. 3). Entretanto, este novo endereço da Delegacia não dispunha de espaço suficiente para arquivar toda a documentação relativa aos Boletins de Ocorrência registrados durante o período de 1985 a dezembro de 2002, que acabaram sendo deixados “[...] aos cuidados do Arquivo Morto da Superintendência de Polícia Civil” (Nader, 2010, p. 3). Devido a este fato, somente os documentos arquivados na nova dependência da DEAM/Vitória estão acessíveis à pesquisa. O presente artigo, portanto, é fruto de um trabalho com as ocorrências deste primeiro ano de documentação acessível, 2003.

Nos anos de 1970 e 1980, na cidade de Vitória foram construídas várias indústrias e milhares de empresas que as subsidiavam. E, por isso, recebeu um enorme número de pessoas que saiu do interior do estado do Espírito Santo e de algumas cidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Todos os dias, durante aproximadamente 15 anos, chegavam à cidade ônibus lotados de pessoas em busca de emprego. Eram, dentre outros, catadores de café, pescadores, ferreiros,

³ Sobre os casos denunciados pela mídia no Espírito Santo, ver artigo de Maria Beatriz Nader intitulado “Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005”, publicado nos Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero do ano de 2010.



domésticas e muitos sem nenhuma profissão. E, todos foram se instalando na cidade nos municípios vizinhos, que compunham a área da Grande Vitória.

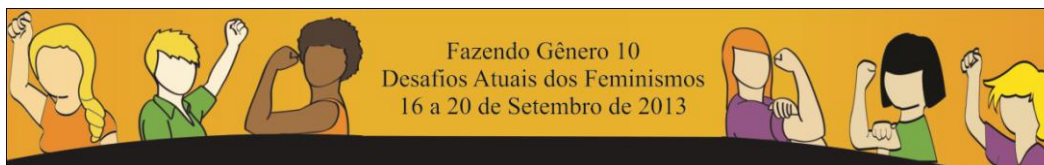
Vitória, uma cidade tranquila com uma sociedade que mantinha comportamento ainda moldado pela colonização, aos poucos foi se tornando uma cidade com uma população enorme e fora dos padrões até então conhecido. Muitos edifícios e lojas comerciais foram levantados, o trânsito ficou caótico e muitas ocorrências foram realizadas nas delegacias da cidade, notadamente na DEAM/Vitória.

Milhares de denúncias foram feitas por mulheres de todos os segmentos sociais, níveis de escolaridade e idade, e, dentre elas observa-se que muitas eram feitas por mulheres oriundas de outras regiões do país. Foram denúncias contra seus maridos, companheiros, vizinhos, parentes, e também contra colegas de trabalho, sejam homens ou mulheres. E, ao se fazer a pesquisa ora apresentada, observou-se que as denúncias que mais chamaram a atenção, foram aquelas cujas motivações para a ocorrência das agressões contra as mulheres, pautaram-se no conflito causado pela permanência, no ideário masculino, de valores e comportamentos característicos das regiões interioranas, num ambiente urbano onde tais valores e normas de conduta foram muitas vezes subvertidos.

Com base nesses dados, pretendeu-se identificar até que ponto a influência do equipamento cultural das pessoas que chegaram à cidade naqueles anos de 1970 e 1980, e seus descendentes, que deles receberam uma educação tradicional, poderia influenciar nas agressões às mulheres que as levaram a realizar denúncias na DEAM/Vitória. Para isso, pretendeu-se observar o comportamento dessas pessoas, como decorrência de um processo de urbanização e industrialização demasiado recente, na reprodução da violência contra a mulher na sociedade vitorriense, evidenciando os fatores que levaram à agressão psicológica, física, patrimonial e sexual contra o sexo feminino, a partir das denúncias registradas nos Boletins de Ocorrência do ano de 2003 da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) da cidade de Vitória/ES.

DEAM/Vitória-ES: dados para uma investigação.

No ano de 2003, o total de ocorrências registradas na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Vitória-ES foi de 1402 boletins. Essa contagem foi feita a partir da data de registro da ocorrência, ou seja, foram contabilizados os boletins que tiveram suas denúncias efetuadas do dia 1º do mês de janeiro ao dia 31 de dezembro de 2003. Não foi tomada como parâmetro a contagem numérica constante nos BOs, pois esta apresenta falhas, com números



repetidos ou mesmo números que faltam. Tais falhas também foram encontradas em outros campos de preenchimento, que muitas vezes ficaram vazios, sem constar as informações pertinentes tanto à vítima, quanto ao agressor.

Apesar dessas limitações, o banco de dados se mostrou muito frutífero para o estudo da violência contra a mulher, dada a quantidade e qualidade (com relatos de cada fato ocorrido) de informações a cerca das agressões de gênero. No que concerne aos comportamentos e valores interioranos presentes na cidade de Vitória e as violências de gênero daí decorrentes, também os BOs se mostram fontes preciosas de informações, evidenciando a origem dos agressores, o tipo de violência ocorrido e por quem.

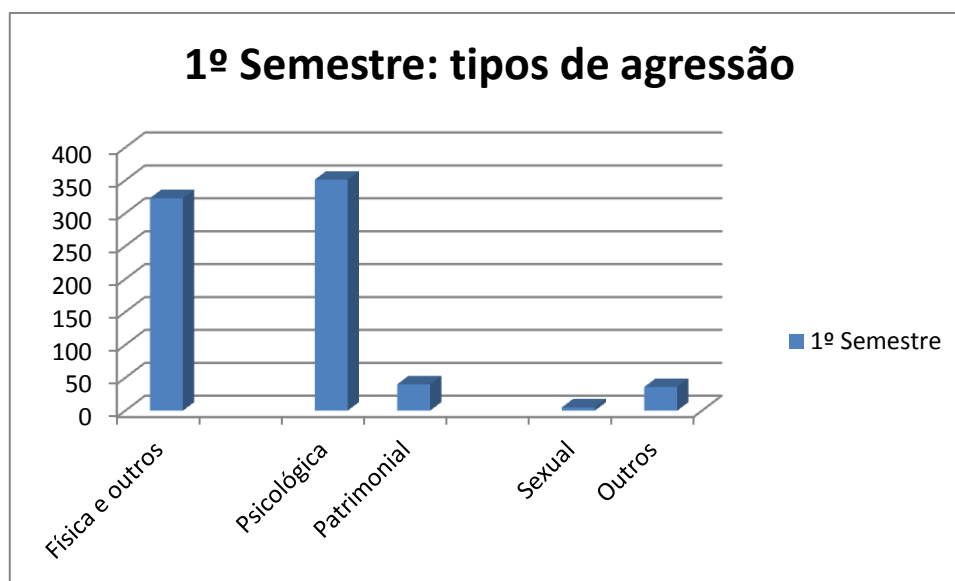
No primeiro semestre de 2003, foi registrado um total de 755 ocorrências. Como os campos relativos à natureza da ocorrência foram caracterizados de forma bastante heterogênea, mas que muitas vezes diziam respeito a um mesmo tipo de agressão, eles foram separados em violência psicológica, física, patrimonial e sexual. Por exemplo, houve casos de calúnia, difamação, ameaça, perturbação à tranquilidade, ofensas morais, constrangimento, injúria, entre outros, que são, na verdade, casos de violência psicológica. Assim como lesão corporal, agressão, maus tratos e vias de fato, são casos de violência física.

Era comum que ocorresse dois tipos de agressão numa mesma denúncia, como a violência psicológica e física juntamente, a patrimonial e psicológica, ou a patrimonial e física em conjunto. Considerando os casos em que a violência física foi perpetrada em conjunto com outro tipo de agressão (psicológica ou patrimonial), o número de ocorrências que constam a violência física é de 323 – 42,8% do total dos registros de agressão do primeiro semestre de 2003 –, ficando quase em pé de igualdade com a violência psicológica, ocorrida em 46,5% dos casos (351 BOs).

A maioria das agressões de gênero evidentes nos BOs da DEAM/Vitória foram de ordem psicológica, seguidas pela violência física, patrimonial e sexual, com 4,75% das ocorrências sem especificar o tipo de agressão, registradas somente como “Outros”. É importante considerar que a violência sexual dificilmente é denunciada pelas vítimas, devido à dificuldade em se comprovar o abuso, de forma que “[...] apresentar queixa é muito dissuasivo, mesmo porque pressupõe revelar o que há de mais secreto nas mulheres, sua intimidade sexual” (Matos; Soihet, 2003, p. 18), daí a quantidade ínfima de denúncias sobre a violência sexual - somente 5, num total de 755, isto é, 0,65%.

O gráfico a seguir evidencia com maior clareza a quantidade de registros denunciados na DEAM/Vitória no primeiro semestre de 2003, conforme os tipos de violência:

Gráfico 1 - Tipos de violências no primeiro semestre de 2003



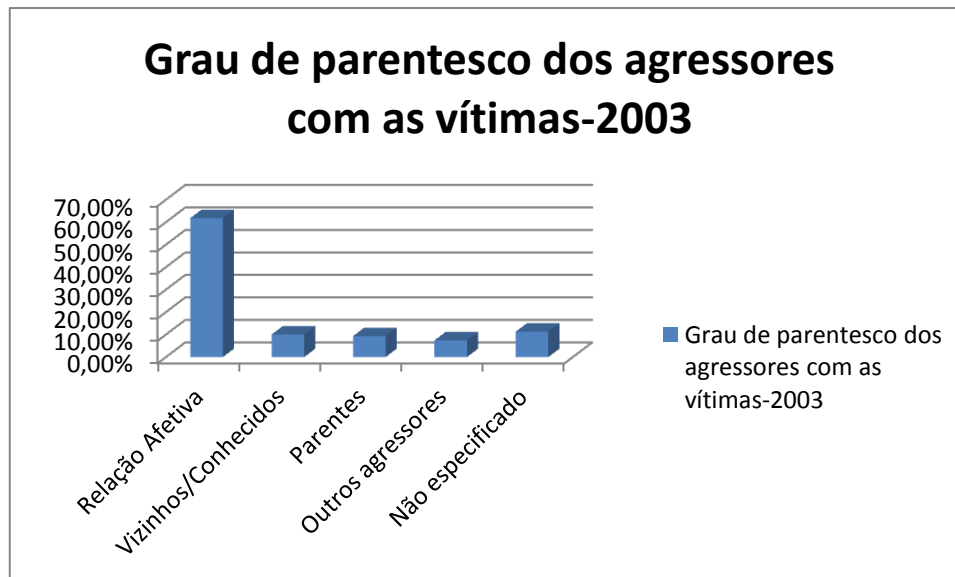
Apesar do maior número de agressões terem sido psicológicas, é importante considerar que a violência contra a mulher não é um fenômeno isolado e sem repetições, é, em verdade, contínuo e cíclico, podendo-se falar em etapas distintas no ciclo da violência (Soares, 1999, apud Alves; Diniz, 2005, p. 388). Assim, num primeiro momento é construída a tensão entre o casal – grande parte das agressões é perpetrada pelo próprio companheiro como será evidenciado a seguir –, se manifestando, nesta primeira fase, mais como psicológica e patrimonial, com ameaças, crise de ciúmes, agressões verbais e destruição de objetos (Soares, 1999, apud Alves; Diniz, 2005, p. 388). Conforme Soares, nessa etapa a mulher acredita que pode controlar a situação, todavia, há um aumento da tensão, de maneira que a violência se torna mais grave, passando para seu aspecto físico, com chutes, empurrões, tapas, murros, queimaduras, cárcere privado, entre outros. Portanto, apesar da maioria dos casos de violência registrada na DEAM/Vitória, ser de ordem psicológica, é grande a possibilidade da agressão se transformar em violência física num momento posterior.

Analisando agora todos os meses do ano de 2003, num total de 1402 BOs, vê-se que a violência contra as mulheres vitorienenses foram reproduzidas na maioria dos casos pelos seus próprios companheiros. Mais da metade dos casos de violência (61,84%) tiveram como agressores homens que mantiveram ou mantinham algum tipo de relação afetiva com a vítima, ou seja, maridos, companheiros, namorados e amásios, atuais às agressões ou anteriores. É importante ressaltar que pode ter sido mais de um a cometer o ato de violência, nesse caso, privilegiou-se a relação afetiva de um dos agressores para fazer a contagem necessária, tendo em vista que geralmente as agressões estão relacionadas aos papéis sociais masculinos e femininos no interior da

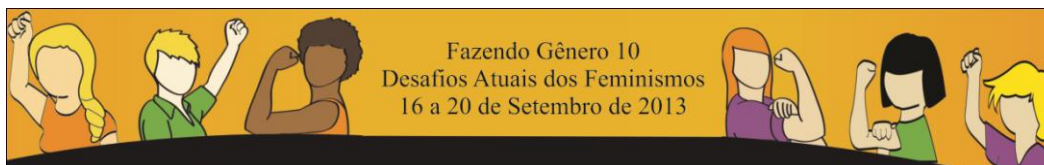
sociedade conjugal. Também se faz necessário considerar que em alguns casos o/a agressor/a era do sexo feminino, ou seja, uma mulher praticou a violência contra outra mulher, fato este que não descaracteriza a violência de gênero, uma vez que está relacionada aos comportamentos aceitáveis socialmente para ambos os sexos.

Depois da violência praticada por agressores que mantinham ou mantiveram vínculo afetivo com a vítima, segue, com maior número de casos, vizinhos/as ou conhecidos/as que cometeram o ato de agressividade física ou psicológica (na grande maioria) contra a mulher, com um total de 141 registros (10,06%). A violência de gênero reproduzida por parentes, por sua vez, aparece em terceiro lugar, com 131 denúncias, ou seja, 9,34% do total de casos de agressões. Número significativo é também a quantidade de registros que não especificaram o grau de parentesco com a vítima (outros) ou que não escreveram nada neste campo (em branco), somando-se ambos, 159 BOs num total de 1402, ou seja, 11,33% das ocorrências registradas no ano de 2003. Os outros agressores – amigos, colegas de trabalho, patrão e desconhecidos – somam um total de 104 registros, isto é, 7,43%.

Gráfico 2 - Grau de parentesco dos agressores com as vítimas em 2003



No que tange a naturalidade dos agressores, grande parte dos boletins de ocorrência não apresentaram essa informação (36,23%). Outro número significativo somente registrou o Estado de origem do agressor (27,10%), sem especificar a cidade, impossibilitando a classificação entre interior e cidade grande. Somente 510 BOs (36,47%) informaram corretamente a naturalidade do



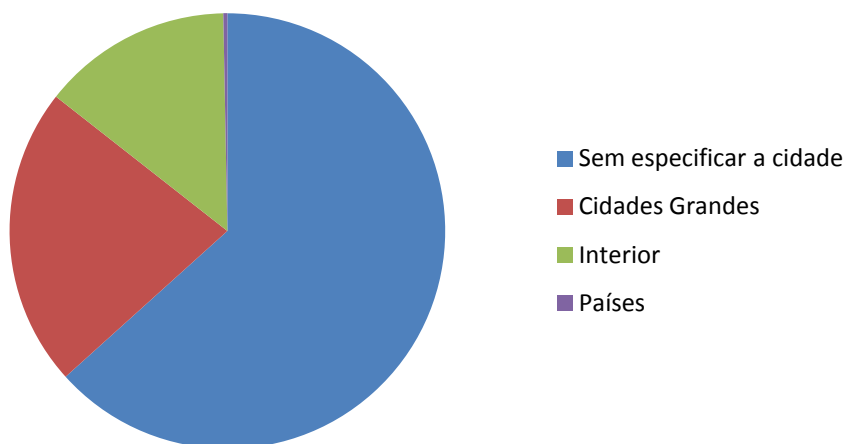
agressor, dentre os quais 198 (14,12%) eram de regiões interioranas e 312 (22,25%) eram de cidades grandes.

Dos 27,10% dos campos em que só foi informado o Estado de origem dos agressores, em 16,40% deles constavam como sendo o agressor natural do Estado do Espírito Santo. Tendo em vista o processo de erradicação dos cafezais – iniciado na década de 1960 –, que expulsou grande parte da população campesina das regiões rurais do Estado, e a urbanização e industrialização aceleradas – principalmente a partir da década de 1970 – ocorridas em Vitória, atraindo grande parte desse contingente migratório, é provável que uma parcela significativa dos agressores naturais do Espírito Santo como um todo, tenha vindo justamente de cidades pequenas ou mesmo das regiões rurais do Estado. Isso sem excluir a possibilidade dos agressores de outros Estados terem também vindo de cidades do interior, dado o fluxo nacional de população de vilas ou pequenas cidades para as grandes metrópoles. Muitos, por exemplo, vieram do interior do Estado de Minas Gerais, como os naturais de João Monlevade, Resplendor e Serra dos Aimorés.

No concernente aos agressores naturais de Vitória (246 – 17,55%), deve-se considerar a recente industrialização e urbanização da capital do Estado, de forma que muitos dos seus habitantes são filhos, quando muito, netos, de pessoas de regiões interioranas, mantendo a forma de pensar e agir, em grande medida, em consonância com seus pais ou avós. O gráfico a seguir mostra mais claramente o grande número de agressores em que não foi informada sua cidade de origem (63,33%), ficando a dúvida e a possibilidade de muitos serem se regiões interioranas, e os que especificaram sua cidade e foi possível classificar os agressores naturais de cidades pequenas (14,12%) e os de cidades grandes (22,25%):

Gráfico 3 - Naturalidade dos agressores no ano de 2003

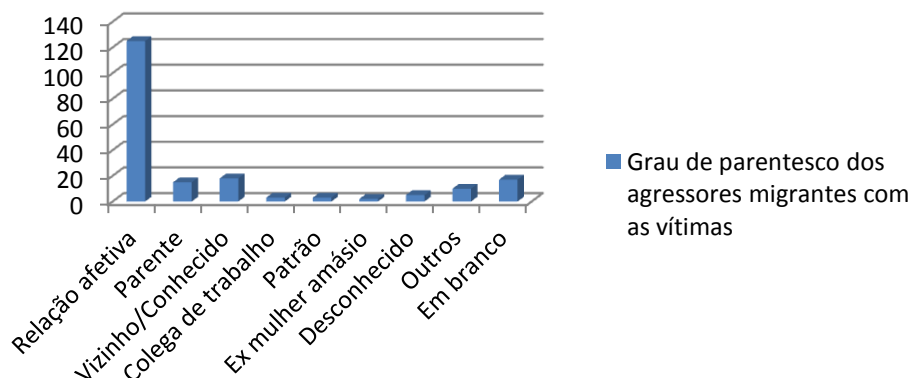
Naturalidade dos agressores



Debruçando sobre os campos que informaram as cidades do interior de que eram provenientes muitos agressores, observou-se que os migrantes rurais que cometeram o ato de violência contra a mulher em Vitória levaram consigo todo o patriarcalismo tradicional, que estabelece os comportamentos sociais adequados a cada sexo e o poder do homem sobre a mulher no interior na sociedade doméstica. Esse apego aos estereótipos de papéis sociais masculinos e femininos faz com que o homem procure sempre estar de acordo com esses padrões (Alves; Diniz, 2005, p. 389), definindo, a partir daí, “[...] o modo de ser marido e mulher na relação conjugal, numa perspectiva assimétrica e hierarquizada [...]” (Alves; Diniz, 2005, p. 387). Portador desse ideal de conduta de gênero, o homem pratica e justifica a violência contra a mulher quando esta não se adéqua ao seu papel social de gênero (Alves; Diniz, 2005). No entanto, ele não só exige essa conduta por parte da mulher, mas por parte de si mesmo. Dessa forma, o homem portador de um ideal patriarcal rural, que se vê numa situação onde não pode mais exercer sua masculinidade, caracterizada pela força, rigidez, poder, determinação, autoridade e provimento familiar, pode sofrer danos irreparáveis a sua identidade de homem, sendo acometido muitas vezes por distúrbios psíquicos, praticando a violência ou o suicídio (Nader, 2002, p. 476).

Gráfico 4 – Grau de parentesco dos agressores migrantes com as vítimas no ano de 2003

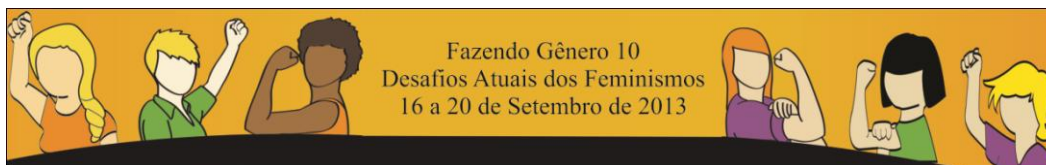
Grau de parentesco dos agressores migrantes com as vítimas



Analisando a quantidade de migrantes rurais que praticaram a violência contra a mulher registrada na DEAM/Vitória, fica evidente que a maioria mantinha ou manteve uma relação afetiva com a vítima, isto é, essas agressões ocorreram justamente no âmbito domiciliar, onde o homem interiorano estereotipa um padrão comportamental de gênero pautado no patriarcalismo rural, ou por um ex-companheiro inconformado com o término do relacionamento e com o desmoronamento da estrutura familiar patriarcal idealizada por ele.

A porcentagem desse contingente de agressores que eram companheiros atuais ou anteriores das mulheres que sofreram violência (63,13%) chega mesmo a ser maior do que a porcentagem do quadro total de agressores que mantiveram algum tipo de relação afetiva com a vítima (61,84%) – ver tabela 2. Esta constatação é significativa na medida em que os modos de vida nas regiões rurais têm a família como sustentáculo, com homens e mulheres exercendo suas respectivas funções dentro da comunidade domiciliar. Os indivíduos provenientes desse meio agrícola que se direcionaram para Vitória, levaram, portanto, todo esse equipamento cultural tradicional pautado na família. Dessa maneira, é esclarecedor que a violência contra a mulher exercida pelos migrantes rurais tenha ocorrido, na maioria dos casos, justamente dentro do âmbito familiar, onde persistia um ideal de rigidez de papéis sociais de gênero, que foram muitas vezes corrompidos pelas novas formas de agir e pensar da urbanidade.

Além daqueles agressores migrantes que mantiveram um vínculo afetivo com a vítima, deve-se considerar, também, aqueles que eram parentes da mulher agredida, como componentes da estrutura familiar tão estereotipada pelo patriarcalismo agrícola. Dessa maneira, somando o número de casos em que o agressor era companheiro atual ou anterior da vítima (63,13%), com os casos em

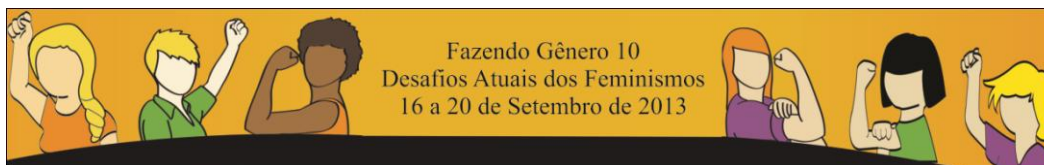


que o agressor era parente da mulher que sofreu a violência (7,58%), a porcentagem de registros de migrantes interioranos que praticaram o ato agressivo contra uma mulher que estava inserida na sua esfera familiar, cresce consideravelmente (70,71%).

Analisando o discurso do homem que praticou a violência contra a mulher, Alvez e Diniz (2005) constatam que a incorporação da mulher no mercado de trabalho, assim como ela não querer mais ser dona de casa, atitudes que fogem do modelo de comportamento feminino, são fatores apresentados pelos agressores como motivos para o cometimento da violência. As autoras afirmam que “[...] o fato da esposa trabalhar fora constitui para o homem uma ameaça e uma humilhação para a sua condição de provedor e chefe da família, principalmente se a esposa-companheira tiver um salário maior que o dele” (Alves; Diniz, 2005, p. 390).

Com isso, a inserção da mulher no mercado de trabalho provoca uma alteração na hierarquia doméstica, no padrão de autoridade do homem sobre a mulher, além de uma nova distribuição das responsabilidades do lar (Butto, 1998, apud Alves; Diniz, 2005, p. 390) e do maior contato da mulher com o mundo público. Os papéis sociais tradicionais de gênero já não tem mais espaço no conjunto social urbano, que exige cada vez mais que ambos os conjugues trabalhem. Nesse contexto, é comum que a mulher se negue a exercer a função de dona de casa, fato este tido como inaceitável por aqueles que consideram essa função como sendo parte do destino biológico da mulher. Diversos agressores explicaram a violência na relação conjugal pela companheira não estar em consonância com esse estereótipo de comportamento.

É evidente que essa forma de pensar, propiciadora de atos agressivos contra as mulheres, não são exclusivas dos homens advindos das regiões rurais. Tanto é assim, que nos campos relativos à naturalidade do agressor que foram preenchidos corretamente, 61,17% dos homens que cometeram a violência de gênero eram provenientes de cidades grandes (Ver quadro 3). O sistema patriarcal legitimador da violência de gênero também está presente nas cidades, num processo de desintegração da sua forma tradicional, mas ainda se mantém. Em grande medida, o patriarcalismo tradicional permanece nas cidades pela influência dos indivíduos de esferas interioranas, atingindo todo o conjunto social da grande cidade. Nesse sentido, Durhan coloca que independentemente da quantidade numérica dos contingentes populacionais de origem rural nos centros urbanos, o equipamento cultural levado por eles reflete e auxilia na compreensão das transformações da estrutura urbana (Durham, 1984, p. 8). Ou seja, os valores, comportamentos, estereótipos sexistas e visões de mundo característicos das regiões interioranas, são transferidos para as grandes cidades por meio da população daí advinda, de forma a atingir todos os que os rodeiam no ambiente urbano.



Isso quando essas cidades também não foram recentemente urbanizadas e industrializadas, com a cultura provinciana ainda em vigor, como é o caso de Vitória. Assim, conforme Alves e Diniz:

Embora tenha havido mudanças nos padrões de família com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente no que tange à maior participação dos homens na realização de tarefas domésticos e cuidados com os filhos, os ideais de família, com base no modelo patriarcal, ainda permanecem vigentes no imaginário social masculino. Nesse sentido, o marido deve ser o chefe da casa e principal provedor da família e as mulheres devem ser responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos (ALVES; DINIZ, 2005, p. 391).

Dessa maneira, há na esfera urbana um patriarcado moderno que alterou sua forma e configuração, mas que manteve, significativamente, “[...] as premissas do pensamento patriarcal tradicional” (PATEMAN, 1993, apud NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 51). Na medida em que esse patriarcado representa um sistema de dominação masculino, com a mulher num plano hierarquicamente subordinado ao homem, em que há uma naturalização do dever de submissão e obediência, e das funções de donas de casa e cuidadoras dos filhos das mulheres, a violência de gênero é constantemente praticada, seja ela denunciada ou não.

Portanto, no que tange às denúncias registradas na DEAM/Vitória no ano de 2003, é possível observar um número significativo de migrantes interioranos como agentes das agressões. No entanto, é importante considerar que o contingente demográfico de Vitória proveniente de comunidades interioranas, exerceu influência em todo o conjunto social urbano, transmitindo suas normas de conduta e valores patriarcais tradicionais campestres, de forma que os agressores naturais de cidades grandes também podem ter sido influenciados pelo sistema patriarcal tradicional vigente na região metropolitana do Espírito Santo. Soma-se aí, a recente industrialização e urbanização da Grande Vitória, que fez com que a cultura provinciana permanecesse existindo no novo centro urbano espírito santense.

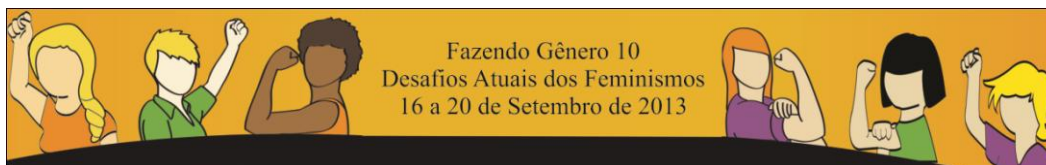
Referências

ALVES, Sandra Lúcia Belo; DINIZ, Normélia Maria Freire. "Eu digo não, ela diz sim": a violência conjugal no discurso masculino. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 58, n. 4, p. 387-392, jul./ago. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000400002&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 dez. 2011.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.



NADER, Maria Beatriz. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005. *Fazendo Gênero*. Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010, p. 2. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em: 1 set. 2012. p. 1.

_____. A condição masculina na sociedade. NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Org.). *Dimensões Revista de História da Ufes*, Vitória, v. 14, p. 461-480, 2002.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Família e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia e sociedade*, Porto Alegre, jan/abr. 2006. p. 49-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>> Acesso em: 3 dez. 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Gender violence: values and behavior in conflict – DEAM/Vitória-ES (2003)

Abstract: This paper analyzes the causes that led to the reproduction of violence against women, in Vitória, Espírito Santo, based on the incidents recorded in the Specialized Police Service Women (DEAM) Vitória / ES, in 2003. Observing the newsletters this year, it was revealed as a motivation for many of the assaults occurred, the conflict caused by the stay, the male ideals, values and behaviors characteristic of the interior regions, in an urban environment where these values and standards of conduct are often subverted. In rural areas, the social organization is based on female virginity, marriage and sexual division of labor, falling to the provision of family men and women to care for the house and children. On the other hand, the urban area vitorienense provides more heterogeneous social relations, women have greater contact with the public world, can break an unhappy marriage and no longer depends entirely on the man. However, men who suffer from this ideal backwoods living in Vitória, often responded to these changes by practicing violence against women. The study thus seeks to highlight the values and behavioral factors that led to aggression against women, in Vitória, Espírito Santo.

Keywords: Gender. Violence. Behaviors. Values.